

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Programa do Governo é um documento da maior importância, onde constam “*as principais orientações políticas e medidas a adotar ou a propor nos diversos domínios da atividade governamental*”, como está determinado no Artigo 188.º da Constituição República Portuguesa, para o País, numa legislatura.

Um dos subcapítulos que consta do Programa do XXI Governo Constitucional de Portugal, 2015-2019, “Promover o emprego, combater a precariedade”, faz apanágio a uma das prioridades do atual Governo “Combater a precariedade: evitar o uso excessivo dos contratos a prazo, os falsos recibos verdes e outras formas atípicas de trabalho, reforçando a regulação e alterando as regras do seu regime de Segurança Social”

Contudo, de acordo com o último relatório “Boletim Estatístico do Emprego Público” (BOEP), publicado nos últimos dias pela “Direção-Geral da Administração e do Emprego Público” (DGAEP), a evolução do número de prestadores de serviços do Estado teve um aumento exponencial, entre o período de dezembro de 2015 e dezembro de 2017.

Segundo o relatório, houve um aumento de 12.017 para 17.728 prestadores de serviços, entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017, ou seja, um crescimento de quase 50%.

Mais, verifica-se que é no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que o acréscimo nas prestações de serviços é mais relevante, ou seja, onde a precariedade é mais visível.

De dezembro de 2015 para dezembro de 2017 o número de prestadores de serviços mais do que duplicou, passando de 2.589 para 6.113, ou seja, um crescimento de 136%.

Neste sentido, é caso para questionar o Governo sobre quais as razões para o aumento da precariedade no Estado.

Para o Grupo Parlamentar do PSD é imprescindível que o Governo esclareça esta situação, já

que é de todo o interesse público que sejam clarificadas, com celeridade, as razões para o aumento da precariedade no Estado, tanto mais que está em curso o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), que, afinal, não resolve a situação de precariedade de muitos servidores do Estado nem uma cobertura adequada dos serviços para bem atender os cidadãos que a eles recorrem.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao **Ministro das Finanças**, através de V. Exa., o seguinte:

- Qual ou quais as razões para o aumento verificado em prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado, quando está em execução, embora com atrasos significativos, o PREVPAP, com vista à regularização dos vínculos precários existentes?

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2018

Deputado(a)s

ADÃO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)